

DESENVOLVIMENTO, ANTROPOCENO E BEM VIVER

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes¹

Leonir Terezinha Uhde²

RESUMO

A princípio, o reconhecimento de que existe uma contradição incontornável entre um estoque de recursos finitos, muitos dos quais irreprodutíveis na escala humana, e um crescimento infinito apregoado pelo sistema econômico parece ser inquestionável. A sustentabilidade tem sido associada a um modelo de economia que tem como o progresso material ilimitado, supondo que eles não comprometem a base de recursos da natureza. Entretanto, a crise ambiental presente assume os contornos de uma crise civilizatória. Porém, não é o planeta que está em perigo, somos nós e as outras espécies vivas. Isso porque a lógica atual do sistema, de expansão e crescimento ao infinito, e o atual modelo de desenvolvimento, que segue a lógica do produtivismo e do consumismo, conduzem, inexoravelmente – e independentemente da boa ou da má vontade de empresários ou governos – à degradação do meio ambiente e à destruição da natureza. Nesse contexto os conceitos de sustentabilidade e bem-viver são diferentes campos conceituais, com diferentes origens, mas com diversos denominadores comuns especialmente, a importância de abandonar o objetivo de crescimento pelo crescimento. Com o desprezioso objetivo de entrelaçar estes campos conceituais e pontuar pontos de convergência, parte-se de uma retomada da visão de alguns dos principais autores que tratam dos temas, a partir de uma revisão bibliográfica, buscando, de forma sintética, trazer questões para uma reflexão acerca do desenvolvimento contemporâneo. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, de caráter exploratório.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; limites do crescimento; bem estar social

Introdução

Por mais que o progresso técnico, juntamente com a mobilização social, tenha contribuído para reduzir a insustentabilidade de alguns dos mais importantes processos produtivos atuais, a verdade é que o consumo de materiais, de energia e as emissões de gases de efeito estufa não cessam de aumentar: os ganhos de eficiência foram globalmente mais que contrabalançados pela elevação espetacular do consumo, ficando evidente que a trajetória atual das sociedades humanas é insustentável.

A sustentabilidade tem sido associada a um modelo de economia que tem como o progresso material ilimitado, supondo que eles não comprometem a base de recursos da natureza. É como se nada, nenhuma ação humana alterasse a realidade biofísica do ecossistema em que se encontra inserido o sistema econômico (CAVALCANTI, 2012).

1 - Eng^a agr^a, Prof^a, Dr^a do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Email: sandravf@unijui.edu.br

2 - Eng^a agr^a, Prof^a, Dr^a do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Email: ltuhe@gmail.com

De acordo com Boff (2012), a sustentabilidade como substantivo exige uma mudança de relação com a natureza, a vida e a Terra. A primeira mudança começa com outra visão da realidade. Nesse contexto o decrescimento é proposto como um “futuro sustentável da vida” (LATOUCHE, 2009) em que autolimitação e simplicidade voluntária, da abundância frugal, da reabilitação do espírito da doação e da promoção da convivialidade são a essência desta controversa teoria. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que todos tenham vida e possam viver bem. Em síntese, Garcia (2012) realça o que o decrescimento e bem viver comungam da crítica ao desenvolvimento e do ceticismo quanto às suas promessas e seu suposto universalismo. Com o despretenso objetivo de entrelaçar estes campos conceituais e pontuar pontos de convergência, parte-se de uma retomada da visão de alguns dos principais autores que sinalizam para a necessidade de outros paradigmas, novos padrões de civilização, fundados em outras formas de relacionamento entre o ambiente e o sistema econômico. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório, buscando de forma sintética, trazer questões para uma reflexão acerca do desenvolvimento contemporâneo.

1. Desenvolvimento humano e bem viver

O desenvolvimento pressupõe que os benefícios do crescimento sirvam à ampliação das capacidades humanas, entendidas como, ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida em comunidade. De acordo com Amartya Sen (2000), o objetivo básico do desenvolvimento só pode ser, portanto, alargar as liberdades humanas – um processo que expanda as capacidades humanas pelo aumento das escolhas que as pessoas possam fazer para ter vidas plenas e criativas. Portanto, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante – difundida pela grande mídia –, como também não é sinônimo de “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é, sobretudo, desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida plena e possam viver bem (ARRUDA, 2006).

O amplo debate acerca do desenvolvimento sustentável aponta para a necessidade de construir outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação das necessidades humanas. Aqui reside uma importante questão: quais são as necessidades humanas? Manfred

Max Neef, economista e ecologista chileno é considerado uma personalidade polêmica por andar na contramão da economia ortodoxa e afirmar que o modelo atual de globalização é desastroso para o meio ambiente e, principalmente, por considerar que o crescimento econômico, depois de um determinado ponto, pode gerar queda na qualidade de vida das pessoas. Por seus trabalhos, recebeu diversos prêmios, entre os quais o *Right Livelihood Award*, conhecido como “Prêmio Nobel Alternativo”.

Sua principal contribuição está centrada nas necessidades humanas, com base *no ser, no ter, no estar e no fazer*, e em necessidades como: subsistência, afeto, proteção, entendimento, participação, ócio, criação, identificação e liberdade. Para ele, as necessidades das pessoas são sempre as mesmas, independentemente de época e costumes. A diferença está no fator “satisfação”. Aqui se estabelece o vínculo com os fundamentos do “decrecimento”. A competição pelo consumo de bens “posicionais” (não “fundamentais”) é responsável pela inovação perpétua e a pressão por mais crescimento. “Nas sociedades pós-modernas fragmentadas, o único elemento compartilhado é o imaginário consumista” (LÉNA; NASCIMENTO, 2012, p. 13).

O modelo econômico hegemônico está fundamentado na entrada de recursos da natureza e a inevitável saída de resíduos. Do ponto de vista material a economia transforma bens naturais valiosos em rejeitos que não podem mais ser reutilizados, comprometendo severamente os serviços ecossistêmicos. A questão central das atividades econômicas certamente não é a produção de lixo e sim a “felicidade humana”, o fluxo imaterial de bem-estar gerado pelo processo. Trata-se, segundo o movimento bem-viver, do principal contrassenso! De acordo com Latouche (2012 p.4)

Na passagem da felicidade ao PIB per capita, efetua-se uma tripla redução: 1) a felicidade terrestre é assimilada ao bem-estar material, sendo a matéria concebida na acepção física do termo; 2) o bem-estar material é reduzido ao bem-possuir estatístico, isto é, à quantidade de bens e serviços comerciais adquiridos, produzidos e consumidos; 3) a avaliação da soma dos bens e serviços é calculada de forma bruta, ou seja, sem considerar a perda do patrimônio natural e artificial necessário à sua produção.

Em síntese, o autor afirma que, com o passar do tempo, ao experimentamos que o consumo não faz a felicidade, passamos a viver uma crise de valores. “A sociedade dita desenvolvida, da opulência, se baseia em uma produção massiva, mas também em uma perda de valores” (p.6). A proposta do decrecimento é a da autolimitação e simplicidade voluntária, da abundância frugal, da reabilitação do espírito da doação e da promoção da convivialidade (LATOUCHE, 2012).

Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, incorporaram, nas suas constituições, o conceito do bem-viver, que nas línguas dos povos originários soa como Sumak Kawsay (quéchua), Suma Qamaña (aimará), Teko Porã (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI. No momento em que o mundo ocidental vive uma crise profunda, o *bem viver* seria um novo paradigma que poderia nos ajudar a sair do caos em que vivemos.

O *bem viver* pode ser considerado um princípio ético-moral que nos foi legado pelos índios andinos, mas que encontra expressões próprias nas demais comunidades indígenas. Hoje, segundo Arkonada (2010), surgem novas construções híbridas entre conceitos milenares da cosmovisão indígena, como o bem viver, e conceitos centenários, ocidentais e modernos, como a ética ou a moral. Não se pode dissociar este modo de vida de conceitos como descolonização (do poder e do saber) e desmercantilização da vida.

“A expressão bem viver, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar, ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...). É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...), diferenciando-se do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza” (RAUBER *apud* LESBAUPIN, 2010).

O valor que pode ser atribuído à natureza está em função do modelo de sociedade que se quer construir. A natureza é a condição de possibilidade para a vida humana, e, em tal virtude, seu relacionamento com as sociedades humanas depende da forma como elas se visualizam e se projetam no futuro. Uma sociedade mercantil sempre dará valor à natureza e a converterá em parte de suas rendas. Ao mesmo tempo, a natureza será o receptáculo de todos os seus desperdícios, porque não existe nenhuma consideração com respeito a ela que não esteja implícita na noção de valor. Em sociedades diferentes, em que a noção de valor não existe, a natureza se converte em uma parte da vida dessa sociedade. A natureza se entrelaça de tal forma que está presente em cada ação que essa sociedade gera. Não existe uma separação entre sociedade e natureza (DÁVALOS, 2010).

É justamente o afastamento da sociedade da natureza a origem primeira da crise ambiental. De acordo com Leff (2006) trata-se de uma crise civilizatória da cultura ocidental da racionalidade da modernidade e da economia do mundo globalizado. É, sobretudo, a crise desse pensamento que se impôs ao mundo negando o outro, a começar pela negação desse outro absoluto – a natureza, o ambiente.

“A inércia social é doravante incompatível com a urgência ecológica, a dinâmica da degradação ambiental sendo mais rápida que a evolução das crenças e comportamentos humanos”. E, sobretudo, mais veloz do que as medidas tomadas para o enfrentamento do problema. (LÉNA; NASCIMENTO, 2012, p. 9.)

2. A emergência do Antropoceno

Nas últimas quatro ou cinco décadas um conjunto de eventos, conferências internacionais, convenções e protocolos abordou a crise ambiental. Contudo, constata-se que a situação ambiental piorou muito e que o ritmo de degradação se acelerou. A princípio, o reconhecimento de que existe uma contradição incontornável entre um estoque de recursos finitos, muitos dos quais irreprodutíveis na escala humana, e um crescimento infinito apregoado pelo sistema econômico, parece ser inquestionável (VEIGA, 2015).

Paul Crutzen, cientista holandês prêmio Nobel de Química de 1995, avaliando o grau do impacto ambientalmente destruidor das atividades humanas afirmou que o mundo entrou em uma nova era geológica: a do *Antropoceno*, termo este que representa um novo período da história da Terra em que o ser humano se tornou a causa da escalada global da mudança ambiental (VEIGA, 2015). Nas últimas seis décadas, na medida em que o PIB mundial crescia e os recursos naturais eram canalizados para o desfrute do consumo e do bem-estar humanos, houve uma investida exponencial sobre todos os ecossistemas do Planeta. O progresso humano tem significado regresso ambiental.

A humanidade tem afetado não só o clima da Terra, mas também a química dos oceanos, os habitats terrestres e marinhos, a qualidade do ar e da água, os ciclos de água, nitrogênio e fósforo, alterando os diversos componentes essenciais que sustentam a vida no planeta. Cerca de 30 mil espécies são extintas a cada ano, reduzindo a biodiversidade da Terra de modo irreversível (ALVES, 2012). As pressões antropogênicas sobre o sistema terrestre alcançaram uma escala na qual uma mudança ambiental global abrupta ou irreversível não pode mais ser descartada. Desaparecem biomas inteiros a uma velocidade mensurável durante o período de vida de um ser humano. Nesse momento, o futuro de muitos organismos vivos é incerto. Não somente as plantas e os animais silvestres estão em perigo, cada vez mais as pessoas padecem das consequências da deterioração ambiental (MATIAS, 2015). Neste ponto Löwy (2012), refere-se “a humanidade” ao invés de “o planeta”? Porque segundo ele o planeta, qualquer que seja o estrago que façamos, vai continuar tranquilo, girando. Ele não será atingido. Quem será

afetada pelo desastre ecológico será a vida no planeta, serão as espécies vivas, dentre elas a nossa, o *Homo sapiens*. Segundo Löwy (2012, p. 7)

Esse é o âmago do problema, que serve para evitar discussões um pouco abstratas, como “temos que salvar o planeta”. Porém, não é o planeta que está em perigo, somos nós e as outras espécies vivas. Isso porque a lógica atual do sistema, de expansão e crescimento ao infinito, e o atual modelo de desenvolvimento, que segue a lógica do produtivismo e do consumismo, conduzem, inexoravelmente – e independentemente da boa ou da má vontade de empresários ou governos – à degradação do meio ambiente e à destruição da natureza.

A “pegada ecológica”, indicador didático de degradação ambiental, traduz a quantidade de espaço biologicamente produtivo necessário a cada indivíduo, região ou país para produzir o que consome e absorver os resíduos da atividade humana, em especial os gases de efeito estufa, tem atingido valores que superam a biocapacidade planetária. Os países industrializados alcançaram IDH superiores a 0,85 às custas de pegadas ecológicas que ultrapassam, e muito, o limite per capita. Léna e Nascimento (2012, p. 9) destacam que “para elevar o IDH de 0,80 a 0,88 (8 pontos) representa, em média, multiplicar a pegada ecológica por três, enquanto passar de 0,60 para 0,80 (20 pontos) não chega a multiplicar a pegada por dois. É a sociedade de consumo, ou mesmo de hiperconsumo que é responsável por esse *overshoot*. O desafio é enorme, diminuir drasticamente a pegada ecológica dos países industrializados e fazer com que os países emergentes e em desenvolvimento não ultrapassem o limite aceitável. É nesse ponto que a questão ecológica encontra a justiça e a ética: cada ser humano deve ter os mesmos direitos, o mesmo acesso à riqueza global e estar submetido as mesmas restrições.

Por mais que o progresso técnico, juntamente com a mobilização social, tenha contribuído para reduzir a insustentabilidade de alguns dos mais importantes processos produtivos atuais, a verdade é que o consumo de materiais, de energia e as emissões de gases de efeito estufa não cessam de aumentar: os ganhos de eficiência foram globalmente mais que contrabalançados pela elevação espetacular do consumo, ficando evidente que a trajetória atual das sociedades humanas é insustentável.

A sustentabilidade tem sido associada a um modelo de economia que tem como o progresso material ilimitado, supondo que eles não comprometem a base de recursos da natureza. É como se nada, nenhuma ação humana alterasse a realidade biofísica do ecossistema em que se encontra inserido o sistema econômico (CAVALCANTI, 2012). Considerando que o conceito de sustentabilidade sugere um legado permanente de uma geração a outra, passa a

incorporar o significado de manutenção e conservação permanente dos recursos naturais. Isso exigiria, num primeiro momento, avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, mas, sobretudo com novos conceitos de necessidade humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

A capacidade planetária de sustentar o desenvolvimento deve, então, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações. Aqui cabe um destaque – a capacidade dos ecossistemas é frequentemente associada ao estoque de recursos naturais, renováveis e não renováveis. A preocupação seriam os últimos, em razão de sua exiguidade e finitude em um horizonte qualquer do futuro. Para estes, o avanço científico e tecnológico deveria prover as soluções.

Historicamente passa-se da preocupação com a progressiva exiguidade de recursos ambientais, especialmente os não reprodutíveis, que sustentam o processo econômico, para seu reconhecimento como geradores de “serviços ecossistêmicos”. Trata-se de reconhecer que o fator limitante fundamental não é a finitude do estoque de materiais não renováveis, mas de capacidade ecossistêmica de absorvê-los e manter um equilíbrio favorável à vida humana (ROMEIRO, 2012).

A premissa básica é de que as atividades econômicas, a coesão das sociedades e o bem-estar humano são profunda e irremediavelmente dependentes dos serviços ecossistêmicos, ou seja, os benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir do funcionamento dos ecossistemas. “Enquanto serviços essenciais de suporte à vida há uma necessidade premente em se preservar os ecossistemas, garantindo sua capacidade de provisão dos seus fluxos de serviços” (ANDRADE; ROMEIRO, 2009, p. 2). Também chamados de serviços ambientais, os serviços ecossistêmicos são os bens ou serviços que a natureza e seus ecossistemas fornecem ao homem e que são indispensáveis para sua sobrevivência, estando associadas principalmente à qualidade de vida e ao bem-estar da sociedade. Portanto, o fator limitante maior é o meio ambiente como produtor de serviços ecossistêmicos e não como produtor de matérias-primas não renováveis, uma vez que tais serviços não são substituíveis por capital e, por conseguinte, incompatíveis com a lógica de mercado.

3. Sustentabilidade forte e fraca

Os serviços ecossistêmicos estão claramente associados ao conceito de sustentabilidade “forte”, que destaca a obrigatoriedade de manter constantes, pelo menos, os serviços do “capital natural”, em oposição ao conceito de sustentabilidade “fraca”, que toma como condição

necessária e suficiente a regra de que cada geração legue à seguinte a somatória dos três tipos de capital, o propriamente dito, o natural-ecológico e o humano-social (VEIGA, 2010).

Tanto a sustentabilidade forte como a fraca, estão vinculadas à dimensão técnica da sustentabilidade, como bem define Foladori (2001). A ênfase à vertente técnica da sustentabilidade é explicitada em todo um conjunto de problemas ambientais: poluição, depleção dos recursos naturais e no campo social, o excesso de população. Evidencia-se, portanto uma questão técnica como denominador comum: os limites físicos com os quais nos defrontamos. De acordo com Foladori (2001, p.17-8) trata-se de uma visão equivocada, uma vez que a sociedade nunca se defronta em seu conjunto com limites físicos. “Pelo contrário, a sociedade humana, antes de se deparar com limites naturais ou físicos, está frente a frente com contradições sociais”.

Essa forma – radical, distante e abstrata de abordar a problemática ambiental – conduz para que a assimetria de poderes se torne secundária. Ora, o problema advindo da crise ambiental não é de que o planeta e/ou a vida estejam ameaçados de extinção em curto ou médio prazo. Podemos afirmar taxativamente que não somos capazes de destruir o planeta ou a vida nele existente. O que está em jogo é, em primeiro lugar, se as próximas gerações terão condições de viver com uma qualidade de vida pelo menos próxima à que almejamos para todos atualmente, e que muitos já a têm (NASCIMENTO, 2012 p.56).

Nesse contexto, Nascimento (2012) também chama atenção para o fato de que a questão da sustentabilidade coloca no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles específicos de grupos ou classes sociais, o que escamoteia a assimetria de poder no âmbito da sociedade. E vai além: essa aparente invisibilidade é agravada pela forma como é apresentada a questão ambiental, como sendo a vida ou morte da humanidade. Cabe aqui um realce: quando se emprega a expressão *humanidade*, fatalmente se elimina um aspecto central da questão que é a forma como cada segmento da sociedade se relaciona com o ambiente, ou seja, a humanidade não constitui um todo homogêneo que será afetado de forma equitativa pelos desdobramentos da crise ambiental. Trata-se, como bem sublinha Acsehrad (2008), de clara evidência que a discussão acerca da sustentabilidade se pauta em categorias socialmente vazias, que não contemplam a diversidade social e, principalmente, as contradições que se cristalizam na disputa por recursos escassos.

Nesta perspectiva, a noção de sustentabilidade deveria estar fortemente apoiada no campo das relações sociais, considerando que tal noção remete às relações entre a sociedade e a base material de sua reprodução, ou seja, às diversas formas sociais de apropriação e uso dos “recursos ambientais”. Fica claro, portanto que além do distanciamento do embate social,

predominante na maior parte das discussões a respeito de sustentabilidade, tem-se enfatizado uma abordagem tecnicista, segundo a qual se ignora a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território, recaindo sobre os processos tecnológicos a “mágica tarefa” de reconstruir o que foi degradado pela cultura capitalista do consumismo. Portanto, como afirma Veiga (2010) a sustentabilidade suplanta as tradicionais definições para assumir a concepção de noção, de um novo valor.

Nesse sentido é muito oportuno retomar a análise de Veiga (2010) acerca das duas mais conhecidas definições de sustentabilidade: a amplamente difundida pelo Relatório Brundtland "alcançar as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de alcançar suas próprias necessidades" e a não menos difundida metáfora do tripé, “em que, econômico, social e ambiental são analiticamente separados para se juntarem depois numa espécie de triângulo mítico” (ABRAMOVAY, 2010 p. 1). De acordo com Veiga (2010) em ambos os casos não se considera o essencial: é inconcebível a separação da economia da ética e a sociedade da natureza. Abramovay (2010, p.1) bem define:

No que se refere à definição de Brundtland, por exemplo, não é possível falar genericamente de necessidades, presentes ou futuras, sem que se discutam os padrões de consumo contemporâneos. Quanto ao tripé, a sustentabilidade não consiste em fazer mais do mesmo, mas com um pouco menos de dano ambiental e um pouco mais de preocupação social. O que está em jogo é o sentido e o significado, para as sociedades contemporâneas, do objetivo básico em torno do qual se organizam as políticas e os agentes econômicos: o crescimento incessante da produção de bens e serviços e sua medida consagrada, o PIB.

Zacarias (2012, p.126-27), muito apropriadamente faz uma síntese das abordagens acerca da relação do desenvolvimento e ambiente:

De um lado, estrutura-se um pensamento que se opõe à ideologia do capital, formado por pensadores críticos ao modelo de produção capitalista, por movimentos sociais, fora da lógica do mercado. Para esse pensamento, as condições que levam à degradação ambiental têm causas econômicas e políticas e sua gênese está ligada às relações sociais que se firmam entre os seres humanos a partir da maneira como se distribuem os meios de produção. (...) A partir dessa concepção, não é possível entender os problemas de depredação do meio ambiente sem levar em conta o modo de produção capitalista da sociedade contemporânea.

De outro lado, estrutura-se uma corrente de pensamento atualmente hegemônica, defendida por representantes ligados às instituições financeiras multilaterais e às grandes corporações internacionais. Nessa concepção, defende-se que o cerne dos problemas ambientais está ligado ao desperdício de matéria e energia, portanto, um limitador para a expansão da economia e para o crescimento do mercado. Além disso, defende ações da chamada modernização ecológica, destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e ativar mercados. Age principalmente no âmbito da lógica econômica, conferindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, economizando o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas.

De acordo com a autora, é a partir desses pressupostos que essa última corrente vem construindo as propostas de desenvolvimento sustentável e economia verde, como alternativas para enfrentamento da atual crise do capital e ambiental em curso. Zacarias (2012) ressalta que as alternativas defendidas pelo campo hegemônico preconizam a capacidade de alcançar o desenvolvimento sustentável dentro da ordem do capital, como se fosse possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso com o meio ambiente, com propostas que se restringem a processos de produção, tecnologia, reciclagem, eficiência energética, consumo responsável, despolitizando o debate.

Retoma-se aqui a dimensão técnica da sustentabilidade, uma visão equivocada, segundo Foladori (2001), uma vez que desfoca para o campo técnico um problema político. Associa-se a isso a frequente vinculação de uma responsabilização individual em relação aos problemas ambientais. Veiga, (2010) afirma que as mudanças pontuais de comportamento são insuficientes quando a preocupação é a sustentabilidade. Nesse mesmo sentido, Lesbaupin (2010) corrobora afirmando que não basta fazer coleta seletiva de lixo, evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo incessante. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB, o Produto Interno Bruto, quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia.

Zizek (2017) muito bem pontua o discurso ecológico dominante que nos interpela como se fôssemos culpados, individualmente pela dívida com a saúde planetária. As implicações ideológicas de tal individualização são evidentes: ocupados em exame de consciência pessoal, há um deslocamento de foco de questões muito mais pertinentes sobre a nossa civilização industrial como um todo. “Esta empreitada de culpabilização encontra também uma saída mais fácil: reciclar, comer orgânicos, utilizar fontes de energia renováveis, etc. Em boa consciência, nós podemos continuar nosso alegre caminho” (ZIZEK, 2017, s.p). Nesse sentido, Dias (2016) também faz uma crítica à prática da educação ambiental da sociedade, enfatizando que ela estacionou nos elementos de gestão ambiental, lixo, coleta seletiva, reciclagem, economia de água, energia, poluições. A questão ambiental e, por consequência a educação é uma questão política e deve ser um caminho para superar o que se chama de “falha de percepção social”. A questão está centrada na lógica de mercado que vê a natureza como um fornecedor de capacidade infinita e gratuita. Max Neef (2007) vai além, questionando o papel da universidade:

A universidade não está cumprindo o papel que deveria. Ela deixou de ser uma instituição orientadora, que fazia críticas à sociedade, para se converter numa máquina a serviço do mercado. A universidade é cúmplice de um mundo que ela não aprova. (...) Como é possível educar um economista hoje com livros clássicos que não contêm palavras como ecossistema e natureza? Como é possível aceitar que a economia se considere um sistema fechado, sem nenhuma relação com outros sistemas? Um economista não pode ignorar o funcionamento do ecossistema. Se isso ocorre, a responsabilidade é da universidade. (MAX NEFF, 2007, s.p.)

Portanto, como assevera Löwy (2012), o culpado dessa história não é o ser humano em geral, mas um modelo específico de desenvolvimento econômico, industrial, moderno, capitalista, globalizado, neoliberal: esse é o responsável pela atual crise ecológica e pela ameaça que pesa sobre a humanidade.

Considerações finais

Sem dúvida, a confluência do desenvolvimento com o ambiente é o campo controverso. Entretanto, a questão primeira é: trata-se do desenvolvimento de quem, de quê? Centrar a economia no ser humano, em suas necessidades, capacidades, saber e criatividade significa focalizar como objetivo maior o desenvolvimento do ser humano. O crescimento econômico tem que estar a serviço do desenvolvimento humano e social, isto é, contribuindo para o melhor viver, não só no curto, mas também no longo prazo. É uma visão crítica acerca da visão tecnicista da sustentabilidade e do mercado autorregulado, distinguindo claramente entre crescer para acumular lucros e ampliar o controle dos mercados, e crescer para bem distribuir socialmente os frutos do crescimento, tendo presente que os ecossistemas não representam meros insumos à economia e sim, o essencial suporte a todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D.C.; ROMEIRO, A.R. Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 155, fev. 2009.

ABRAMOVAY, R. "Sustentabilidade - A Legitimação de um Novo Valor". São Paulo: Valor 30/11/2010. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Abramovay-Resenha_SUST-Valor_30nov10.pdf> Acesso em: 09/06/2015.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 5, jan./jun. 2008. Ed. UFPR. p. 49-60

ALVES, J.E.D. Holoceno e Antropoceno, **EcoDebate**. 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/08/08/holoceno-e-antropoceno-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 12 de mar. 2017. ISSN 2446-9394

ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. In: Sbardelotto, M. Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. IHU- on Line. UNISINOS: São Leopoldo, Ed. 340, Ano X, 23.08.2010. ISSN 1981-8469. p. 10-13.

ARRUDA, M. **Tornar o real possível**: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: O que é – O que não é. Petrópolis: Vozes. 2012

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral?** Uma abordagem ecológico-econômica. Estudos Avançados. São Paulo, v.26(74), p. 35-50, 2012.

DÁVALOS, P. Sumak Kawsay: uma forma alternativa de resistência e mobilização. In: Sbardelotto, M. Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. **IHU- On Line**: São Leopoldo: UNISINOS, Ed. 340, Ano X, 23.08.2010. ISSN 1981-8469. p. 4 -10.

DIAS, G.F. Uma educação para além da gestão ambiental. In: **IHU On line**, São Leopoldo: UNISINOS: Edição 485, 16 Maio 2016. Disponível em:<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6451&secao=485>. Acesso em: 12 mai. 2017.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. (trad.) Campinas: Ed. Unicamp. 2001. 220p.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, crescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 201-28.

LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. **Cadernos IHU**, Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo: UNISINOS, Ano 4 - nº 56 - 2006 - 1679-0316

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos IHU**, Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo: UNISINOS. Ano 10, nº 166, 2012. ISSN 1679-0316.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006

LENA, P.; NASCIMENTO, E.P. Apresentação. In: **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, crescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 9-22.

LESBAUPIN, I. **Por uma nova concepção de desenvolvimento** . 1 de nov. 2010. Disponível em: < <http://diplomatie.org.br/por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento/>> Acesso em 21 jun. 2017.

LÖWY, M. **Ecosocialismo**: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. In: Por um outro desenvolvimento. São Paulo: ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. 2012. p. 7-16.

MATIAS, E.F.P. A crise ambiental. In: _____ **A Humanidade contra as cordas**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 17-25.

MAX NEEF, M. (entrevista) O ECONOMISTA chileno Manfred Max-Neef contrapõe crescimento econômico e qualidade de vida. In: Entrevista em 17/04/2007. Disponível em: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/o-economista-chileno-manfred-max-neef-contrapoe-crescimento-economico-e-qualidade-de-vida/> Acesso em: 25 jun. 2017.

NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26 (74), p. 51-64, 2012.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica, suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos avançados**, n.74, Nov., 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

VEIGA, J.E. da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. Senac: São Paulo, 2010.

VEIGA, J.E. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed 34, 2015.

ZIZEK, S. **Reciclagem, comidas orgânicas, andar de bicicleta**. Não é assim que nos salvaremos o planeta. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2017/03/07/reciclagem-comidas-organicas-andar-de-bicicleta-nao-e-assim-que-nos-salvaremos-o-planeta/> Acesso em: 24 jun. 2017.

ZACARIAS, R. S. Do “Desenvolvimento Sustentável” à Economia Verde. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 12, n.23, p.125-151, jan./jun. 2012.